

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 53ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/10/2022

Presidência dos Deputados Doutor Jean Freire e Charles Santos e da Deputada Beatriz Cerqueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 11.866 a 11.879/2022 – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Virgílio Guimarães, Charles Santos, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questões de Ordem – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gustavo Mítre – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Beatriz Cerqueira, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.395/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.070/2022, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 11.866/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na operação que resultou no resgate, sem ferimentos, de uma criança de sete anos e de um jovem mantidos reféns no último dia 22/9/2022, em imóvel localizado na região de Venda Nova, em Belo Horizonte.

Nº 11.867/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que o imóvel que sedia a delegacia de polícia de São Domingos do Prata seja reformado e ampliado, com manutenção no telhado, tratamento de infiltrações nas paredes, revisão das partes elétricas, instalação de cabeamento estruturado, instalação de sistemas de combate a incêndio e pânico (luz de emergência, placas de sinalização das rotas de fuga, extintores de incêndio), instalação de grades nas janelas e porta da entrada principal, instalação de portão eletrônico e adequações para acessibilidade.

Nº 11.868/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em Belo Horizonte pedido de providências para que seja destinada mais uma viatura para o Destacamento PM de Felício dos Santos, de modo a prover e otimizar o policiamento preventivo e ostensivo local, considerando-se que o destacamento conta, atualmente, com sete policiais militares para atendimento da população urbana e rural e possui apenas uma viatura, do ano de 2018.

Nº 11.869/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sra. Mércia Leite Pinheiro de Ávila, delegada-geral de Polícia, respondendo pela Delegacia Regional de Curvelo, e Srs. Marconi Vieira Rocha, delegado de Polícia, Wanderson Dantas Pereira, escrivão de Polícia, e Frank Delles Pereira, Mateus Pires de Melo, Felipe Boaventura Mendes e Fabrício Carvalho Silva, investigadores de Polícia, e Welton Lopes de Moura, perito criminal, pela atuação na ocorrência, em 11/9/2022, quando, de posse das informações repassadas pela Polícia Civil do Estado de Rondônia e mostrando pró-atividade e profissionalismo, interceptaram um veículo transportando 50 barras de pasta-base e prenderam e autuaram em flagrante delito dois indivíduos por tráfico interestadual de 50,816 kg de cocaína, que também foram apreendidos.

Nº 11.870/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações complementares às fornecidas em resposta ao Requerimento nº 10.754/2022, que trata do monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação” – PEE – no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, quais sejam: a) sobre os convênios de saída realizados com os municípios para a construção de unidades

de educação infantil desde a vigência do PEE, destacando aqueles realizados no âmbito do projeto Mãos Dadas 2021; b) sobre a atuação do Estado na colaboração com os municípios para definição de metas de expansão da educação infantil, especificando-se em que medida o Sucec atende diretamente ao dimensionamento da demanda da educação infantil; c) sobre as ações da Secretaria de Estado de Educação – SEE – para garantir a consulta à comunidade escolar no redimensionamento do ensino médio; d) sobre a oferta do ensino médio integrado à educação profissional por programa ou modalidade, especificando-se os cursos técnicos ofertados nas escolas estaduais, no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação, do governo federal, e os do programa Trilhas de Futuro, bem como o número de matrículas em cada programa; e) sobre o número de alunos com deficiência que utilizam a sala de recursos na própria escola e quantos precisam se deslocar para outra unidade escolar para utilizar a sala de recursos, indicando-se a evolução quantitativa desse dado a partir de 2018; f) sobre a evolução do número de profissionais de apoio que atuam na educação especial, em comparação com a evolução do número de matrículas de educação especial na rede estadual a partir de 2018; g) sobre a disponibilidade de infraestrutura de acesso à internet nas escolas para uso dos alunos, professores e gestores escolares, com dados históricos anuais, sobre o acesso à internet nas escolas e a relação computador/aluno na rede estadual por escola, por município e por superintendência; h) sobre as ações específicas desenvolvidas para elevação da escolaridade dos segmentos indígena e quilombola, da população do campo e das regiões de menor escolaridade e para a população do estrato correspondente aos 25% mais pobres, com a discriminação por gênero e raça; i) sobre a realização de ações de busca ativa específica para a educação de jovens e adultos; j) sobre o atendimento escolar no sistema prisional e socioeducativo, especificando-se, pelo menos, o número de matrículas em comparação ao número total de jovens em idade escolar nos sistemas prisional e socioeducativo e a evolução do percentual de evasão escolar entre os alunos que passaram pelo sistema socioeducativo; l) sobre as iniciativas adotadas pelo Estado para efetivar o regime de colaboração com os municípios, com informações detalhadas sobre os municípios atendidos e a destinação do financiamento, tanto em relação ao Projeto Mãos Dadas quanto a outras modalidades de convênio; m) sobre o andamento e os resultados do Projeto Desafio do Transporte Escolar; n) sobre o quantitativo de cursos de formação inicial e continuada, bem como sobre a participação efetiva dos servidores por modalidade de curso oferecido. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.871/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que, em virtude do monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, estabeleça a criação ou ampliação de ferramentas que proporcionem maior transparência na execução de políticas públicas de educação, de forma a facilitar a participação e o controle social, de acordo com o seguinte: a) viabilização de acesso público do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – Simave – por escola, por rede, por município e por superintendência para possibilitar a análise dos dados por todos os interessados; b) divulgação de dados e informações sobre a infraestrutura das escolas estaduais, abrangendo os seguintes aspectos: estrutura predial, mobiliário, equipamentos, recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água tratada e ao esgotamento sanitário, coleta seletiva, bibliotecas ou salas de leitura, espaços para a prática esportiva, laboratórios de ciências, conectividade e acesso a recursos de informática; c) disponibilização de dados oficiais sobre a natureza da ocupação dos cargos da educação, especificando pelo menos o percentual da ocupação de cargos efetivos e temporários da rede estadual; d) elaboração de diagnóstico sobre os conselhos municipais de educação, de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – e de alimentação escolar quanto à sua infraestrutura, condições de funcionamento e ações de formação para seus integrantes, tendo em vista o papel desses colegiados no acompanhamento e monitoramento dos planos de educação dos municípios e na avaliação de compatibilidade e interação com o plano estadual para a garantia do atendimento educacional no território do Estado; e) divulgação de informações sobre a evolução do investimento público realizado em educação, em relação ao mínimo constitucional global e às demais fontes adicionais de recursos para a educação, bem como sobre a aplicação do Fundeb e o valor-aluno efetivamente investido pelo Estado; f) instituição de acesso público ao Painel de Monitoramento do PEE que, segundo informações dos representantes da SEE veiculadas na

audiência pública realizada em 2/8/2022, já está sendo alimentado com dados e informações que permitem o acompanhamento da execução do plano estadual de educação; g) instituição de acesso público aos convênios firmados com os municípios e parcerias com instituições privadas.

Nº 11.872/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, em virtude do monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, cumpra os dispositivos da parte normativa da Lei nº 23.197, de 2018, que dependem de iniciativa de lei por parte do Poder Executivo: a) a criação de uma instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Estado e os municípios, para o desenvolvimento conjunto de ações em prol da educação, conforme previsto no § 5º do art. 8º; b) a instituição de lei específica para normatizar a gestão democrática da educação pública no seu âmbito de atuação, conforme determina o art. 9º.

Nº 11.873/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja mantida a oferta de turmas dos anos iniciais do ensino fundamental no Instituto de Educação de Minas Gerais, tendo em vista a existência de demanda pela comunidade escolar da região.

Nº 11.874/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino em Ituiutaba pedido de providências para que os processos de concessão de progressão à Sra. Maria de Fátima Alves Lima sejam brevemente concluídos, assim como publicados respectivos atos, uma vez que, segundo a servidora, desde 31/7/2020 e 31/7/2022, faz jus à progressão na carreira.

Nº 11.875/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Centro de Educação Infantil Vila Esperança Nosso Lar pela comemoração dos dez anos da sua fundação e pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade escolar da região com projetos voltados para atendimento de cunho formativo e escolar, combate ao trabalho infantil, a vulnerabilidade social e o distanciamento das drogas.

Nº 11.876/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para atender ao pleito da Sra. Carla Rosana Gonçalves Fernandes, professora da rede pública estadual, lotada na Escola Estadual Tancredo Neves, em Monte Azul, de ser transferida para a cidade de Montes Claros, por questões de saúde e de proximidade com familiares.

Nº 11.877/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o cronograma detalhado da execução das etapas necessárias para a realização dos concursos instituídos pelas comissões previstas na Resolução Seplag–SEE nº 10.617, de 21 de julho de 2022, e Resolução Conjunta Seplag–SEE nº 10.618, de 22 de julho de 2022, bem como sobre os prazos e datas previstos para a homologação dos resultados dos referidos certames. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.878/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a estudante Ana Lívia da Silva, participante do projeto de xadrez do professor Ricardo Bomtempo Costa, da Escola Municipal Dr. José Ribeiro de Carvalho, pela conquista do 2º lugar em Xadrez no Módulo 1 Feminino dos Jogos Esportivos de Minas Gerais – Jemg –, etapa estadual, na cidade de Uberaba.

Nº 11.879/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o planejamento da administração estadual para a realização de novas nomeações de candidatos aprovados em concursos vigentes para a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Educação. Anexe-se ao Requerimento nº 11.747/2022, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Questão de Ordem

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, caros deputados, é um prazer, mais uma vez, estar nesta tribuna. Eu quero começar agradecendo aos 65.173 eleitores de toda Minas Gerais que me escolheram para estar mais quatro anos aqui, na Assembleia Legislativa. Isso significa que aprovaram meu trabalho e que esperam uma continuidade com muito melhoramento, que é o que eu pretendo fazer. Quero também aqui parabenizar o nosso presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que, mesmo sob o ataque de todo um sistema corrupto, que não aceita que foi alijado do poder, ainda assim confirmou o que se dizia de todos os institutos de pesquisa que já previam uma derrota no primeiro turno. Na verdade, essa derrota não aconteceu, a derrota foi dos mentirosos institutos de pesquisas que, cada vez, insistem com má-fé em influenciar as pessoas. Então, parabéns, presidente Bolsonaro, parabéns aos conservadores do Brasil que elegeram a maior bancada para o Senado e a maior bancada para a Câmara dos Deputados. Isso, gente, vai ser muito importante, porque, independentemente do resultado da eleição presidencial, lá, nas duas Casas Legislativas, os “esquerdopatas” não passarão. Não importa o que apresentem, lá eles terão a resposta adequada do Brasil de bem. Outra coisa muito importante a ressaltar: o meu partido, PL, aqui, no Estado de Minas Gerais, elegeu o deputado federal mais votado do Brasil, NiKolas Ferreira – parabéns, Nikolas –, assim como o deputado estadual também mais bem votado aqui das Minas Gerais em todos os tempos, meu colega Bruno Engler. Parabéns aos dois e parabéns a uma bancada de nove deputados que vai estar aqui, nesta Assembleia, para defender o Brasil, Minas Gerais e principalmente que vai estar aqui, sob as bênçãos de Deus, para defender a vida, a liberdade, a família, a Pátria, a propriedade e tudo o que for para proteger o povo de Minas Gerais. Feitos os agradecimentos e as congratulações, gente, eu estou aqui para fazer uma denúncia, porque agora o trabalho começa de novo. Recebi do Município de Teófilo Otôni, Sr. Presidente, um vídeo em que um professor de matemática – e eu vou citar o nome dele aqui, porque está registrado em vídeo, é o professor de matemática Juracy Dantas Gomes, da escola estadual, lá de Teófilo Otôni –, que deveria dar aula de matemática, mas começa a querer doutrinar os alunos em política, falando mentiras e fazendo insinuações com o presidente da República, o que caracteriza uma campanha eleitoral negativa dentro do espaço público. Esse é um dos crimes que ele cometeu. O outro crime são calúnias contra um presidente da República e, entre as irregularidades, está a de se aproveitar de uma audiência cativa para tentar doutrinar alunos, jovens e adolescentes. Eu já encaminhei um requerimento à Comissão de Segurança. Não o fiz à Comissão de Educação porque a Comissão de Educação desta Assembleia é um puxadinho da CUT e do PT, que não resolve nada, só defende os seus interesses. Mandei para o Ministério Público, para apurar as irregularidades e o crime desse professor porque, gente, não há espaço – já vou concluir, Sr. Presidente –, não há espaço para esse tipo de conduta mais em sala de aula. O professor tem que cumprir a obrigação dele, e esse deveria cumprir a sua obrigação de ensinar matemática para os alunos, e não ficar falando que candidato A, que presidente A ou B é bom ou é ruim, não. Ele deveria tomar vergonha na cara por ficar fazendo isso com os alunos indefesos, em tenra idade, lá dentro. Então estou encaminhando esse requerimento à Comissão de Segurança Pública, porque o caso é de polícia. Estou pedindo à Secretaria de Educação para afastá-lo preventivamente das funções, porque o contato dele com alunos é nefasto para os alunos e para o processo educacional no Estado de Minas Gerais. Então fica aqui registrada essa denúncia. Eu espero que isso não mais se repita no Estado de Minas Gerais em quaisquer educandários, mas, se se repetir, pode saber que eu vou estar aqui para derriçar madeira nesses pseudoprofessores. Muito obrigado, Sr. Presidente, que Deus abençoe a todos. Vamos para mais quatro anos de luta. Valeu!

Oradores Inscritos

O presidente – Com a palavra, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Boa tarde, presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Não poderia deixar de tecer um comentário: eu compreendo bem o nosso colega, o deputado Sandro, mas, com certeza, este requerimento deverá ser encaminhado à Comissão de Educação. Sem dúvida nenhuma, para ela avaliar essa questão educacional, porque nunca a educação pode ser tratada, com todo respeito, colega Coronel Sandro, como questão de polícia, seja lá onde for. O conteúdo ou matéria, o conteúdo dado por um

professor, se é correto ou incorreto, é uma questão pedagógica, educacional, e deve ser tratado nessa esfera. Eu temo muito que cultura seja questão de polícia, mas respeito a sua posição, da tribuna, de se manifestar da maneira que achar por bem. A tribuna é para isso mesmo. As suas opiniões, democraticamente, eu as acolho, apesar de não compartilhar e de não ter o mesmo pensamento. Mas eu creio que a Assembleia, da maneira institucional, há de encaminhar o requerimento, como qualquer outro que é encaminhado a uma comissão que não se refere especificamente àquele tema, para onde de direito.

Mais do que isso, eu queria me manifestar aqui a respeito da visita que faz hoje o presidente da República a Minas Gerais, da ida do governador a Brasília. Tudo isso eu considero democrático, faz parte daquilo que o cidadão Romeu Zema tem o direito e até o dever de se colocar. Até aí, tudo bem, não vejo nenhum problema no governador receber um presidente da República, mesmo que candidato. Mas, daqui para diante, eu quero deixar claro que o governador eleito é governador e está eleito e está no exercício do poder. Eu espero, diria até que espero muito, e tenho convicção de que isso ocorrerá, que não haverá por parte do governo nenhuma interferência indevida na relação com o Estado, com o contribuinte, com os prefeitos, com ninguém, tanto no que se refere ao processamento dos recursos, das emendas, das verbas, do orçamento. E também nenhum tipo de ação chamada “ação da caneta” sobre prefeitos e sobre qualquer outro cidadão ou secretário ou quaisquer outros.

Isso aí me estranharia muito, até porque o presidente Lula, enquanto exercia a presidência, teve uma relação profundamente republicana com todos os governadores, inclusive com o governador de Minas, nosso adversário político, que teve aqui as portas abertas para Brasília e recebeu os recursos e recebeu os convênios. Todos foram feitos corretamente em tempo e hora. Então, nesse sentido, eu vejo que o exemplo fica, até porque eu creio efetivamente que o ex-presidente Lula será eleito. Claro que a relação com o governo de Minas deverá ser republicana. Eu não vejo porque a atual bancada da Assembleia, os atuais deputados não deveriam já votar o orçamento. Enfim, todos os aspectos legais importantes para o futuro governador, que é o atual, ou seja, a legislação necessária para o ano que vem. Há como se pensar como equacionar, por exemplo, a questão da dívida do Estado. Daí, eu tenho certeza de que o comportamento do governo, dos secretários, dos dirigentes de empresas, de órgãos públicos, de todas as estatais deverá se manter no padrão que o presidente Lula praticou nas eleições municipais e em todas as eleições em que ele podia exercer o chamado “poder da caneta” e teve uma relação absolutamente republicana. É o que esperamos do atual governo.

Vi inclusive a manifestação do Partido Avante, que apoiou o presidente Lula e apoiou o governador Romeu Zema, ou seja, toda a população, sobretudo a população que votou simultaneamente no candidato ex-presidente Lula e no candidato e atual governador Zema, tem que ser respeitada. Eu tenho certeza de que o serão, tenho certeza de que o serão, sobretudo os partidos, como o Avante, do Janones, que abdicou da candidatura para apoiar o presidente Lula e deixou isso claro. Ele consideraria inaceitável. E, além dessas manifestações agora, sem dúvida nenhuma, de caráter partidário, o governador, acolhendo a decisão do seu partido, manifesta a sua preferência pessoal, enquanto o cidadão, nesse âmbito, nada tem a discutir. Qualquer coisa que extrapole esse limite, sem dúvida nenhuma, vai provocar uma coisa que Minas não aceita, que é provocar uma relação de enfrentamento, enfrentamentos sem trégua e enfrentamentos que vão atingir todo o equilíbrio necessário para que o Estado supere a sua situação fiscal, difícilíssima, sobretudo o Estado voltando a ter as suas obrigações de quitar a dívida. São questões difíceis de serem equacionadas, mas temos que começar a trabalhar, desde já, a solução dessas questões que passam por uma relação adequada nessas eleições.

Por falar em eleições, são eleições que, fora desse âmbito, têm tido problemas, conforme vi as notícias e as manipulações, sobretudo de caráter religioso, o que é inaceitável, bem como as manipulações *fakes* e outras maneiras indevidas de interferir na vida do cidadão. Por isso creio que deverá haver um repúdio claro por parte inclusive, e aí, sim, da polícia, porque esse tema já mereceu legislação, hoje, de natureza policial, além de ser um tema também de natureza eleitoral, e, mais ainda, de ter uma relação religiosa grave por provocar disputas religiosas e guerras religiosas, coisa que imaginávamos que estivesse no passado histórico da humanidade.

Portanto, fica aqui a minha convicção de que teremos as eleições não só no dia do pleito, mas também teremos todo o processo eleitoral, que, neste ano, será longo, será tranquilo e será com cada um cumprindo o seu papel como partido e como candidato, sem resvalar nesses crimes que são as *fake news*, as manipulações religiosas, as intolerâncias religiosas e muito menos sem misturar a questão do exercício do poder de Estado com o palanque eleitoral.

E é com essa convicção que encerro aqui, democraticamente, manifestando a minha convicção de que isto que está em todas as pesquisas será a realidade: Lula presidente a partir de 1º/1/2023. O Brasil não terá medo de ser feliz, de retomar a esperança, a paz e a tranquilidade entre os cidadãos. Tenho dito.

O presidente – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Com a palavra, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, presidente Doutor Jean Freire e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e por outros canais de mídia. Às deputadas e aos deputados presentes, o nosso boa tarde, o nosso cumprimento.

Quero começar a minha fala hoje, Sr. Presidente, trazendo aqui o sentimento de responsabilidade e o sentimento de agradecimento. Responsabilidade por termos sido reconduzidos a esta Casa, que representa os anseios da população de Minas Gerais, e agradecimento a toda a Minas Gerais por cada voto de confiança que nos foi dado: foram 61.727 votos em 734 municípios, e isso só amplia a nossa responsabilidade. Eu quero citar aqui, nominalmente, as regiões do nosso estado que nos prestigiaram. Quero agradecer aos amigos do Leste de Minas; aos amigos do Sul de Minas; aos amigos do Triângulo – o Triângulo Sul e o Triângulo Norte; aos nossos colegas do Alto Paranaíba; aos amigos do Noroeste do Estado; ao povo querido, acolhedor e bravo do Norte do nosso estado.

E eu quero aproveitar aqui, falando do Norte, para cumprimentar os meus amigos de Francisco Dumont, na pessoa do prefeito Eduardo Rabelo e dos demais apoiadores, vereadores, secretários, todos aqueles que caminharam conosco. Eu quero fazer um agradecimento aqui à população querida de Francisco Dumont e a todas as lideranças da cidade e também aos amigos dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que também nos prestigiaram; aos amigos do Centro-Oeste e Central de Minas, a toda a população querida; e, em especial aqui, aos amigos de São Brás do Suaçuí, na pessoa do prefeito Geraldino, Duguinho, pelo apoio também à nossa reeleição; aos demais colegas e apoiadores do nosso mandato. Eu quero finalizar aqui o agradecimento aos amigos da capital, região metropolitana, e não poderia deixar de citar aqui a minha querida Juiz de Fora e a Zona da Mata. Juiz de Fora é a cidade em que resido, e a Zona da Mata, composta por este povo acolhedor, que creu, acreditou na nossa proposta obviamente comprovada por quase quatro anos de trabalho aqui, nesta Casa, onde nós apresentamos diversos projetos de lei, onde temos 17 leis sancionadas e o trabalho de atenção aos municípios, sempre trabalhando próximo aos prefeitos, aos vereadores, à população, ouvindo-a. É isso, com certeza, fez toda a diferença. Por isso eu quero agradecer aqui aos prefeitos, vices; quero agradecer aos vereadores e à toda a população. Quero fazer um agradecimento especial também às lideranças religiosas do nosso estado, à minha querida Igreja Universal do Reino de Deus, na qual congrego há 37 anos, e às demais denominações que nos apoiaram também; e, por fim, às lideranças comunitárias, lideranças locais, que, assim como eu, amam, defendem e protegem os valores cristãos e familiares.

Eu quero, Sr. Presidente Doutor Jean Freire, parabenizar aqui os nobres colegas reeleitos aos cargos, tanto aos cargos estaduais na Assembleia Legislativa, quanto também aos reeleitos como deputados federais, aqueles que representam o nosso estado no Congresso. Quero fazer menção aqui ao colega de Assembleia, o nobre deputado Cleitinho, hoje senador eleito, estimando a você, Cleitinho, tudo de bom, estimando a você sucesso na sua jornada, na sua caminhada. Não poderia deixar de cumprimentar os 25 deputados eleitos, os novos deputados, aos quais quero deixar aqui o meu fraterno abraço, as boas-vindas. E quero comentar aqui obviamente sobre a representação feminina que teremos na Casa a partir da próxima legislatura. Ela já é forte hoje, é importante. Contudo, nós caminharemos aqui com 15 deputadas estaduais, e isso traz algo muito bom ao espírito para todos nós: a certeza de que isso continuará, e de uma forma melhor, na Casa, que tem produzido, que tem legislado aqui e tratado de matérias e temas tão

relevantes, tão importantes. Então quero cumprimentar, digamos assim, essa bancada feminina, as 15 deputadas, dentre reeleitas e eleitas, que estarão caminhando conosco aqui, que estarão legislando conosco aqui – e isso é muito bom –, e nós com elas, com certeza.

Diante desse fato, eu gostaria, Sr. Presidente e aqueles que estão nos acompanhando, de citar aqui uma matéria de minha autoria, que, ao passar pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável e, em seguida, passou pela Comissão de Saúde também com parecer favorável ao substitutivo da CCJ. Hoje este projeto, o Projeto nº 12.693/2021, está na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Gostaria de, antemão, de pedir aqui à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que trate essa pauta, esse assunto que vou trazer com total celeridade. Vivemos uma dura realidade em nosso país e no mundo, uma vez que, a cada 100 mil habitantes, 62 mulheres estão convivendo com o drama do câncer de mama. O deputado Charles Santos é autor de um projeto, este que citei há pouco, de nº 2.693/2021, que pretende garantir o cuidado integral às mulheres mastectomizadas no Estado de Minas Gerais. Se elevarmos essa conta de 62 mulheres a cada 100 mil habitantes, estamos falando no Brasil, senhoras e senhores, de aproximadamente, 130 mil mulheres. Daí vamos ter números também em Minas Gerais e é obrigação do Estado, é obrigação do governo eleito dar atenção a mulher, ao homem, à criança obviamente, mas, em se tratando desse assunto da saúde da mulher, somente quem já viveu ou conviveu com um familiar que teve a necessidade da mastectomia ou que recebe um diagnóstico de câncer de mama, somente quem já conviveu e quem convive sabe o quanto é duro, o quanto é difícil, o quanto é complicado, física, econômica, psicologicamente falando. Falo porque, dentro da minha casa, entre os meus familiares, uma tia passou por essa situação. Hoje, graças a Deus, ela está bem, mas tivemos ali a oportunidade de acompanhar o restabelecimento, a recuperação dos movimentos do braço pela perda do seio, pela remoção do seio, da mama. Obviamente, os nervos e a articulação, o presidente, que é médico, Dr. Jean, pode explicar isso até muito melhor, mas é difícil que a mulher recupere os seus movimentos, além de um tratamento que é complicado, difícil, doloroso. E o Estado, como já disse, tem a obrigação de atender de ponta a ponta. Isso é constitucional, está na Constituição. O que estamos buscando é que o Estado, o governo na verdade, providencie o acompanhamento mental, físico, do início ao fim do tratamento, para essas mulheres.

Muitas precisam se deslocar de suas regiões. Imagine, você que está nos assistindo, a mulher que precisa se deslocar do Norte de Minas, do extremo Sul, do Triângulo Mineiro, que precisa se deslocar de regiões distantes, sete, oito horas de viagens, para chegarem aqui, em Belo Horizonte, para fazer os seus tratamentos. Isso é desumano. E o Projeto de Lei nº 2.693/2021 tem esse toque de humanidade a fim de que as mulheres mastectomizadas sejam assistidas. Daí peço à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que trate esse assunto com total celeridade para que possamos atendê-las.

Quero fazer o registro aqui também, antes de encerrar a minha fala, que ontem tive a oportunidade de conversar com o diretor Cleiton Resende, da Escola Estadual Clóvis Salgado, em Três Corações, duramente atingida pelas chuvas, especialmente a chuva de granizo. Graças a Deus não houve vítimas, ninguém se feriu por conta da habilidade dos profissionais de educação ali presentes. Daí quero parabenizá-los por isso. O motivo da minha ligação no dia de ontem foi para colocar o gabinete à disposição, o mandato à disposição no sentido de qualquer interlocução, intervenção que aja junto ao governo do Estado.

O motivo também foi para anunciar ao diretor a indicação de um recurso para a próxima legislatura. Nós sabemos que há obras que são urgentes, e daí peço ao governo do Estado que o faça com brevidade, com celeridade, e coloquei também à disposição daquela comunidade escolar um recurso de minha autoria para que a escola seja reestruturada, reedificada, e os alunos e os professores tenham ali maior conforto.

Sr. Presidente, antes de encerrar a minha fala, eu quero deixar aqui apenas um alerta à população de Minas Gerais, uma vez que nós estamos às portas do segundo turno. Eu queria, de uma forma muito simples, perguntar a você, cidadão mineiro: o que você quer? O que você espera? O que você quer para você, para os seus filhos, para o futuro de Minas Gerais e para o futuro do nosso país?

Certamente você dirá que quer o melhor. Você dirá que você quer o melhor, mas definindo, explicando o que seria o melhor: será que quando nós ouvimos pautas como a liberação da maconha seria o melhor para o nosso país? Quando nós ouvimos propostas de ideologia de gênero, propostas de sexualização das crianças, será que é isso que nós queremos para o nosso país, para o nosso estado, para as nossas crianças? Quando nós ouvimos um discurso de um governo que já se declarou, já se declarou admirador do comunismo, do socialismo, será que é isso que nós queremos? Por isso, eu peço à população de Minas Gerais, eu peço à população do Brasil que, no momento de você votar, vote não pela cabeça ou pela opinião de alguém, nem tampouco por discursos bonitos, mas vamos votar com a razão. Fala-se muito de votar com o coração, então quero conclamar aqueles que vão votar com a razão, que pensam e que com certeza querem um futuro melhor, sim, para os seus filhos, que amam a família, que creem em Deus acima de tudo, está bem?

Eu fico agradecido, Sr. Presidente, e aqui encerro as minhas palavras desejando a todos uma excelente tarde. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos colegas parlamentares e a quem acompanha os trabalhos aqui, na Assembleia Legislativa.

Quero primeiro, presidente, dizer que eu também amo a minha família. Aliás, é muito difícil você encontrar pessoas que praticam ódio contra a sua própria família ou contra qualquer outra família. O processo eleitoral brasileiro não é questão de jogar família contra família ou como se houvesse aqueles que defendem a família e aqueles que não defendem. Segundo, presidente, eu preciso dizer – nem ia falar sobre esse assunto, enfim – que sexualização de crianças, ideologia de gênero não fazem parte das diretrizes do programa de reconstrução e transformação do Brasil do presidente Lula, que tem como vice-presidente o Alckmin. Então, se a gente quer debater eleição, vamos debater as propostas que os dois candidatos estão apresentando ao Brasil. Trazer conteúdos que não dizem respeito à realidade do processo eleitoral compromete o bom debate. Eu fiz essa sugestão aqui, no Plenário, ontem, e reafirmo a necessidade de nós debatermos a partir das propostas e da realidade.

Então, se alguém acha que nós defendemos alguma coisa desse tipo, eu quero esclarecer que não, que isso não faz parte das propostas. O presidente Lula está preocupado, sabem com o quê? Com o tanto de gente que está passando fome. Não deveria ser essa a nossa preocupação também? Ele está preocupado com o tanto de gente desempregada, com o tanto de gente que não vai conseguir terminar de estudar por causa dos cortes no orçamento dos institutos federais que o presidente Bolsonaro acabou de fazer. A preocupação do presidente Lula é esta: que todo mundo volte a comer três refeições por dia, porque o presidente Bolsonaro retirou esse direito das famílias brasileiras. Não são todas as famílias brasileiras que hoje têm o direito de comer todas as refeições; não são todas as famílias brasileiras que hoje conseguem pagar o seu aluguel; não são todas as famílias brasileiras que conseguem manter seus filhos e filhas no instituto federal ou numa universidade, porque todo ano o atual presidente retira orçamento dos institutos federais. Esse, inclusive, era o assunto de que eu ia tratar aqui, hoje, e é exatamente sobre isso que eu quero começar a conversar.

O Decreto nº 11.216, do governo Bolsonaro, sobre a execução do orçamento deste ano, determinou novo contingenciamento no orçamento do MEC. Era com isto que nós deveríamos estar preocupados: com o direito à educação. Nós teremos, do total de contingenciamento no orçamento do MEC este ano, ou seja, o orçamento aprovado que o atual presidente da República, que concorre à reeleição, está impedindo que seja executado, R\$2.399.000.000,00. Desse valor, R\$1.340.000.000,00 foram contingenciados entre julho e agosto deste ano – talvez, pelo período pré-eleitoral, nem todo mundo prestou atenção nisso –, e agora o contingenciamento foi de R\$1.059.000.000,00. Essa é a nossa realidade. Na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, ou seja, nos nossos Cefets, Colégios Pedro II, institutos federais, o contingenciamento ontem foi de R\$147.000.000,00. Isso a três meses de se encerrar o ano. Isso não é uma coisa importante para as famílias? Não é com isso que deveríamos estar preocupados? Com os milhares de estudantes que tiveram comprometida a conclusão do seu ano no instituto federal porque o atual

presidente da República, tão preocupado com as famílias, está impedindo que elas tenham garantidas as condições para seus filhos e filhas terminarem o ano letivo no instituto federal ou no Cefet? O contingenciamento da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, em 2022, foi de R\$300.000.000,00. Então o governo Bolsonaro retirou dos nossos institutos federais e Cefets, até o momento – porque nunca se sabe o dia de amanhã, não se sabe quanto mais ele vai retirar –, R\$300.000.000,00. É sobre isso. Isso é importante para as famílias, porque elas querem que seus filhos e filhas, suas netas, seus sobrinhos estudem, concluam o ano letivo, e o que o governo Bolsonaro acabou de fazer pode inviabilizar que milhares de estudantes consigam concluir o ano letivo de 2022 nos institutos federais, nos Cefets e nos Colégios Pedro II. Então defender os interesses das famílias é defender o direito de seus filhos estudarem e não terem um presidente da República que, no meio do caminho, decide retirar o dinheiro público de onde ele deveria estar, que é na educação.

Eu fiz meu para-casa de ontem para hoje, e aproveitando o debate sobre a rede federal, eu quero trazer aqui o que nós fazemos, o que nós fizemos. Então eu estou aqui – se a gente conseguir ver a revistinha toda – com um balanço de trabalho. Evolução do orçamento do MEC: a cor vermelhinha, mesma cor da minha blusa, cor da vida, vai mostrar a evolução do orçamento do MEC em bilhões. Evolução do orçamento do MEC: isto aqui vai mostrar que em 2002 – o azulzinho é 2002 – eram R\$49.300.000.000,00; a partir de 2003 – aqui vai até 2015 –, o orçamento vai aumentando. É sobre isto as eleições: sobre escolher uma proposta que corta dinheiro da educação – acabei de falar, inclusive falei o número do decreto do último corte –, ou se nós queremos um projeto de sociedade em que nós tenhamos esta curvinha aqui, este gráfico. Este gráfico é o gráfico da defesa das famílias, para que todas as famílias tenham o direito de estudar da creche à universidade, à pós-graduação.

Nós vamos ver aqui a evolução em bilhões: R\$151.000.000.000,00 foi o orçamento do MEC em 2015. Se alguém quiser trazer esse mesmo quadro do atual presidente da República, 2º colocado no primeiro turno, para a gente ir ocupando o Plenário e fazendo o bom debate, o debate de conteúdo... Não é sobre a educação que a gente quer saber as propostas, sobre a saúde, sobre o emprego, sobre o combate à fome, sobre a distribuição de renda?

Aqui vale a pena a gente comparar quais foram os investimentos. Mas aí, no caso do governo Bolsonaro, a gente tem que trazer os cortes e contingenciamentos. Estou há quatro anos acompanhando as universidades, que, num determinado momento do ano, começam a gritar, porque não conseguem finalizar o seu ano, pois o governo federal lhes retira o orçamento que já estava aprovado no Congresso Nacional. A situação é gravíssima em relação à situação da rede federal, que é daquilo que nós estamos falando.

Para continuar nos gráficos, esse outro gráfico aqui vai mostrar a democratização do acesso à educação superior na rede federal de ensino superior. O amarelinho é até 2002, e o vermelhinho, a cor da vida, governo do PT, até 2016. Percebam como nós avançamos no direito à educação superior. Isso é importante para as famílias, não é? Que as famílias tenham o direito dos seus filhos e de suas filhas estudarem numa rede federal de ensino superior, numa rede pública, como eu disse, da creche à universidade.

Aqui nós temos os estudantes beneficiados a cada ano pelos programas de inclusão. De novo, o vermelhinho, a cor da vida, vai de 2003 a 2016, ProUni e Fies. E nós vamos ter... Vamos ver se há mais algum gráfico. Traga o gráfico do atual presidente da República, vamos debater.

Rede federal de ensino superior. Aqui nós temos até 2002, o amarelinho, e até 2016 nos governos do presidente Lula e da Dilma. Acho que vai ficar melhor assim. Aqui temos uma evolução das matrículas, dos campos e dos municípios atendidos. Aqui temos a quantidade de campo e a quantidade de municípios atendidos. Até 2002, eram 140 campos. Governos do presidente Lula, 628 campos. Aqui municípios atendidos: até 2002, 119 municípios atendidos na rede federal de ensino técnico. No governo do presidente Lula: 596 municípios atendidos na rede federal de ensino técnico.

Matrículas até 2002, 79.984. Governos do PT até 2016, 343.843 matrículas. Então é sobre isso. Defender as famílias é sobre isso. Defender que cada família tenha o direito à educação – seja a educação infantil, depois todo o ensino fundamental, depois o ensino médio e a universidade.

Para falar da rede federal de Minas Gerais: nós tivemos, de 2003 a 2010, 20 escolas técnicas trazidas para Minas Gerais – para falar do que o presidente Lula fez aqui, em Minas Gerais –, ofertando quase 20 mil vagas em 2013. De 2011 a 2014, foram 24 novas escolas técnicas.

Então nós estamos falando do Cefet, nós estamos falando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com 10 *campus*, oferecendo matrículas em Sabará, Santa Luzia, Betim, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Itabirito, Ouro Branco, Piumhi, Ponte Nova, Ribeirão das Neves; do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Norte de Minas, com 2 *campus*: Montes Claros e Janaúba; do Instituto Federal do Sudeste de Minas, na cidade de Ubá, Manhuaçu, Cataguases e Bom Sucesso; do Instituto Federal do Sul de Minas, oferecendo vagas em Pouso Alegre, Carmo de Minas, Passos e Três Corações; do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, oferecendo matrículas em Patos de Minas, Campina Verde e Uberaba.

Eu falei do que o nosso presidente Lula fez. O presidente Bolsonaro acabou de contingenciar, ou seja, de retirar da execução do orçamento R\$300.000.000,00 da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Retirou, então, dinheiro do Cefet, dos institutos federais, do Colégio Pedro II. É disto que se trata: discutirmos propostas, discutirmos ações para que decidamos, no dia 30 de outubro, qual é o projeto de sociedade que queremos para o próximo período, ou seja, aquele que corta dinheiro da educação, comprometendo a continuidade da educação das famílias, ou um projeto que investe mais em educação, ampliando o direito da juventude de ter acesso ao instituto federal, de ter acesso ao Cefet. Qual é o projeto que queremos no dia 30? É sobre isso que trata a eleição. O contrário disso, gente, é sempre uma cortina de fumaça para você não prestar atenção no que é essencial, no que é importante, no que vai alterar, interferir na sua vida, nos próximos quatro anos. A sua filha deixar de ter o direito de estudar no instituto federal interfere na sua vida. Portanto, retirar dinheiro da educação é contra os interesses de todas as nossas famílias. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigada, deputada Beatriz. Solicito ao deputado Charles Santos que assuma a presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O presidente (deputado Charles Santos) – Com a palavra, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, deputado Charles Santos. Cumprimento V. Exa., os deputados e as deputadas presentes, aqueles que nos assistem de casa, os servidores desta Casa, a quem não canso de parabenizar, muito obrigado. Durante toda a pandemia, eles nos deram a possibilidade de participar das reuniões de todos os locais. Também quero cumprimentar todos os mineiros e mineiras que nos assistem de casa.

Deputada Beatriz, eu não estava inscrito para falar, mas ouvindo a sua fala e, às vezes, há situações que são colocadas nesta tribuna em relação às quais não podemos nos calar. Eu costumo dizer que não me acomodo com as coisas que me incomodam. E, quando algo me incomoda, eu não fico acomodado. Foi colocado aqui por um colega deputado que tanto respeito, foi questionado, neste momento de eleição do segundo turno, o que quer cada família, cada brasileiro, cada mineiro. É hora de olhar o melhor. E o que nós queremos de melhor? Esta foi inclusive uma das questões levantadas aqui.

Quero parabenizar o deputado Charles Santos pelo projeto de lei, que me parece que é de sua autoria, que trata da questão do câncer de mama. Colegas deputados, mineiros e mineiras que me assistem, vocês sabiam que o governo Bolsonaro cortou, nas últimas semanas, mais da metade do recurso destinado à prevenção e ao tratamento do câncer de mama? Vocês sabiam isso? O que é o melhor para cada mineiro, para cada mineira? Você, mulher que me assiste? Você que, independentemente da crença que tem... E quero deixar muito claro a minha: sou cristão, católico praticante. Tive a minha formação toda dentro da Igreja Católica, mas dialogo com as outras muito bem e sou convidado volta e meia para palestrar em igrejas evangélicas no que diz respeito, inclusive, à saúde da mulher. Várias igrejas fazem um trabalho muito bonito em relação a isso e à questão da alimentação saudável também. Volta e meia eu vou a essas igrejas palestrar. Mas eu queria chamar a atenção e também fazer essa pergunta: o que é o melhor para cada um e para cada uma?

E aí, gente, nós temos que trazer à pauta as verdades, e quero aqui, com muita responsabilidade, dizer que há pessoas que eu acho que não fazem por maldade, fazem por se deixarem ser enganadas, por se deixarem ser enganadas. E aí nós temos que ter responsabilidade ao usar esta tribuna porque uma mentira dita várias vezes se torna verdade. Eu estou cansado desta questão de ideologia de gênero. Isso não é uma questão que está em pauta, não há isso em discussão no programa de governo, o Lula nunca disse isso na vida. Mas ele diz sobre alimentação, ele diz sobre acesso à água, ele fala sobre melhoramento nas estradas, ele fala sobre segurança pública. Essa é uma pauta que diz respeito à candidatura dos presidenciáveis; as outras, não; são uma inverdade.

Então, você, cristão, cristã que me escuta aqui, um dos discursos mais lindos de Jesus Cristo, e de que eu gosto muito, é o discurso da montanha. Para mim, é uma pregação das mais lindas que Ele faz. E eu desafio: naquele discurso ou em qualquer outra passagem bíblica, você pega algo que tem a ver com este que se diz presidente e que aí está? No mínimo, o que um presidente deveria ter é a atitude de pacificar os nossos povos. Bem-aventurado você que é pacificador, aquele que é pacificador, porque será chamado filho de Deus. E esse que aí está só sabe trazer o ódio, só sabe trazer o ódio. Bem-aventurado aquele que tem fome e sede de justiça. É fome e sede de justiça, não é fazer o nosso povo passar fome e sede, não; acho que você interpretou errado. Jesus disse: quem tem fome e sede de justiça. O que é ter fome e sede de justiça? É lutar pelos mais pobres, é lutar pelas diversidades, é lutar pelas mulheres, é lutar por aqueles que não têm um prato de comida, que não têm o direito, a oportunidade de ter comida na mesa, no prato. Isso é ter fome e sede de justiça. Mas acho que alguns interpretam que deveriam fazer o nosso povo passar fome e sede. Tive fome e me destes o que comer. Tive sede e me destes o que beber. Esse é o Deus que eu conheço. Esse é o meu Deus. Este é o Deus que a minha crença e que a minha religião ensinaram: o Deus da compaixão, o Deus da misericórdia. Esse é o Deus do perdão. Esse é o Deus. E é diferente daquele que se diz cristão, daquele que fala em defesa da família e que destruiu milhares e milhares de famílias brasileiras, e deixou crianças e crianças órfãs de pai e mãe. Esse não é o meu Deus. Esse não é o meu Deus. Bem-aventurados aqueles que choram, porque serão consolados. Bem-aventurados aqueles que choram. Enquanto o nosso povo chora, o presidente zomba, fazendo chacota com a falta de oxigênio. Olhe, Sr. Presidente, bem-aventurados os que choram, não os que fazem o povo chorar. Você só fez o nosso povo chorar, você divide as pessoas, você faz inclusive parlamentares, trabalhadores, em quem eu acredito tanto, como V. Exa., deputado Charles.... Eu acredito na sua pessoa, eu acredito na sua bondade, eu acredito de verdade. Você é uma pessoa, nesta Casa, em quem eu sempre acreditei. Mas você vê, eu nunca subi nesta tribuna para rebater uma fala de V. Exa. Nunca! Até isto esse presidente faz: cristãos rebatendo uns aos outros. Então eu quero convidar... Nós devemos pegar o que nos une, e não o que nos separa. O que nos une, a mim e a V. Exa., é a fé em Cristo, nos une a fé em Cristo. Eu acho que verdadeiramente nos une, a mim e a V. Exa., defender as famílias. Mas que defesa é essa? Que defesa é essa? Indique-me no estado mineiro qual a obra que esse presidente fez? Indique-me. Eu vou indicar na minha região o que o Lula fez: universidade federal, três institutos no Vale do Jequitinhonha, um instituto no Vale do Mucuri, universidade federal no Mucuri e no Jequitinhonha. Isso é proteger a família? Isso é proteger a família?

Nós tratamos hoje, aqui, de algumas situações, e eu quero mais uma vez chamar a atenção das mulheres. Vou reforçar, porque mentira dita várias vezes se torna verdade. Mas as verdades também têm que ser ditas várias vezes. Nós temos que reforçar esse pedido. Mulheres, olhem, vou reforçar: tratou-se aqui, hoje, de um projeto de lei que diz respeito ao câncer de mama. Quem cortou verba para tratamento e prevenção do câncer de mama é o que se diz presidente e que aí está. É ele, é ele que está dividindo as famílias, é ele que agora vem com discurso querendo dizer que é manso, vem com discurso fajuto agora falar dos negros, em defesa dos negros. Mas a imagem que vai ficar eu não vou esquecer nunca, porque tenho que manter isso para lutar cada vez mais contra esse fascista que aí está. A imagem que vai ficar é ele chamando o povo quilombola, dando peso em arrobas a ele, dizendo que ele não sabe fazer nada, que o que menos pesa, pesa 7 arrobas. A imagem que vai ficar é ele menosprezando as mulheres, ele falando coisa que eu não tenho coragem de repetir. Nem posso usar esta tribuna para dizer o que ele fazia com o dinheiro dele em Brasília, o que ele fazia no apartamento dele em Brasília. Eu não vou ser igual a ele. Mas as pessoas sabem o que ele falava que fazia em Brasília com o dinheiro público. Para que usava o dinheiro público se dirigindo às mulheres?

Então, cristãos, não se deixem enganar. Eu recebi áudios esta semana de evangélicos. São muitos áudios contestando, contraponto a fala de alguns pastores, de alguns que usam o altar. Na política, a gente deve tomar muito cuidado com isso.

A política é lugar de cristão, sim. Eu penso assim. A política é lugar de cristão. Nós só não devemos confundir o altar com o palanque nem o palanque com o altar. Então trazer pautas ditas moralistas... Porque, na vida dele, ele fez tudo diferente do que faz até com as famílias dele – não é? –, as famílias dele, tudo diferente do que ele pauta. Isso não é correto. Não é essa a discussão que o nosso povo brasileiro quer ver. Nos áudios que recebi, muitos questionavam o seguinte: “Eu quero saber é de comida no prato”. Isso é defender o nosso povo. Olha o preço do leite, olha o preço do feijão, olha o preço da carne, olha como o nosso meio ambiente está sendo tratado. Então, eu quero fazer o mesmo desafio que a deputada Beatriz fez aqui – e aqui é interessante porque há duas tribunas; nós poderíamos fazer isso nessas duas tribunas: vamos discutir projetos. Vamos discutir? Se não querem discutir o legado que o presidente Lula deixou neste país, vamos discutir projetos. Querem falar sobre religião? Vamos, vamos. Deputada Beatriz, Dia Nacional do Evangélico, quem foi que fez? O presidente Lula. Dia Nacional da Marcha para Jesus, quem foi que fez? O presidente Lula. Quem está falando aqui é um católico. Liberdade religiosa, quem foi que fez? O presidente Lula. Dia Nacional de Proclamação do Evangelho, quem foi que fez? O presidente Lula. A você cristão e cristã, a você de qualquer denominação evangélica eu pergunto: qual é a lei que esse que aí está fez para beneficiar você e para, inclusive, beneficiar a sua crença?

Muito obrigado, deputado Charles. Agradeço a todos que me ouviram, a todos os mineiros e mineiras. Acho que o meu tempo já acabou, não é? Mas, se não acabou, eu só peço... Agora acabou. Eu só peço, mais uma vez, a atenção para ouvirmos a verdade.

O presidente (deputado Charles Santos) – Muito obrigado, deputado Doutor Jean Freire.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questões de Ordem

O deputado Charles Santos – Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria apenas de fazer um registro aqui da minha preocupação com como as coisas vão tomando rumos. Eu falei por 15 minutos – e ainda bem que está registrado isso. Nós temos aí as gravações. Em momento nenhum da minha fala, especialmente quando me referi ao segundo turno, eu cito religião, eu cito o Evangelho, eu cito o Evangelho católico, quem crê em Deus ou quem não crê. Eu me ative aqui às pautas que hoje me preocupam, que são a liberação da maconha, as pautas ideológicas, a questão do comunismo, do socialismo. É óbvio que aquele que quer ser votado vai falar o que agrada às pessoas. Eu pude perceber, nesta caminhada... Em 30 dias, nós caminhamos 10.000km. Não fomos de avião, não; nós fomos de carro. Muitas cidades nós visitamos, e as pessoas sempre faziam o seguinte comentário: “Por que é que há políticos que mudam o seu discurso? Muitas vezes começam falando uma coisa e, depois, falam outra, ou virando o canhão para outros pontos, para outros temas”. Eu sou cientista político, faço análises. E, quando a gente vai ouvindo isso, a gente vai entendendo o seguinte: “É claro, é lógico que é mais fácil falar aquilo que agrada; é claro”. Se trago uma pauta dessa para o meu discurso, eu vou perder voto. Então é muito importante que a população faça a seguinte análise: não é ouvir somente quem está falando, mas é ouvir o núcleo; é prestar atenção nas ideias que acompanham o pacote de governo, o pacote de ideias daquele político, daquele parlamentar. Por exemplo, quem me conhece há um ano, dois anos, três anos, quatro anos, sabe muito bem que Charles Santos é o mesmo há 30 anos, Charles Santos não mudou a sua transparência. E essa foi a minha preocupação ali, na tribuna. Tanto que eu não citei o nome de

“a” nem de “b”, não citei religião. Não se trata disso, trata-se daquilo em que cada um acredita. Eu estou falando no meu direito de poder falar, como V. Exas. também. Contudo faço essa defesa para aquilo em que eu acredito. E eu penso que aqueles que aí estão à disputa do cargo da presidência da República, ambos não são perfeitos. Mas peço às pessoas que analisem não somente a sua fala, o seu discurso, mas aquilo que cada um tem como núcleo, como os seus conselheiros, aqueles que caminham com eles, quais são as ideias embutidas em sua fala. Essa é a minha preocupação, e a população, com certeza, Sr. Presidente, saberá escolher, a população saberá se posicionar no próximo pleito. Está bem? Eu peço inclusive a V. Exa. que me perdoe e também à deputada Beatriz. Não houve intenção aqui de citar nome de ninguém, de denegrir ninguém, mas fazer com que as pessoas pensem. É nossa obrigação. Eu aprendi uma coisa, se ainda tenho tempo: que nós não podemos mudar a cabeça de ninguém, nós não temos condição de mudar a cabeça de ninguém, mas podemos expor as nossas ideias. Quem crê, bem; quem não crê, problema. E assim nós vamos vivendo, mas torcendo para que o Brasil tenha, a partir de 1º/1/2023, salvo engano – creio que é o dia da posse do presidente –, o melhor para a nossa nação. Está bem? Essa é minha defesa. Eu queria apenas agradecer a V. Exa. Muito obrigado.

A presidente (deputada Beatriz Cerqueira) – Com a palavra, o deputado Jean Freire, para questão de ordem.

O deputado Doutor Jean Freire – Somente para eu concordar em partes aqui com o deputado Charles Santos, quando V. Exa. fala para não prestarem atenção na fala, só no que falam os candidatos – foi isso que eu entendi. Eu realmente conclamo vocês a não prestar atenção no que falam, não; prestar atenção no que fazem. Prestem atenção no que fazem, e não no que falam. Porque agora é muito fácil enganar o povo e sempre trazer para essa pauta religiosa, sempre trazer para essas pautas. Em toda eleição é assim.

Na primeira eleição para presidente de que eu me lembro muito bem, após a redemocratização, eu ainda adolescente, o Collor chegou com um chumaço de papel no debate. E sempre essas pautas voltam, e sempre essas pautas voltam, e nunca uma igreja foi fechada, e nunca aconteceu nada disso, e nunca aconteceu liberação de maconha. Resultado: eu quero só reforçar que realmente, deputado Charles – entendi o que V. Exa. falou –, essa pauta não está no programa do presidente Lula. Lá você não vê lugar nenhum que trata dessa pauta. Ele não está trazendo isso para... Até porque é uma pauta do Congresso Nacional. O dia em que aparecer lá, será do Congresso Nacional. Só para reforçar isso e reforçar aqui que realmente não olhem o que falam, olhem o que fazem. Aí eu acho que a gente terá um Brasil melhor.

Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 11.866 a 11.869/2022, da Comissão de Segurança Pública, e 11.871 a 11.876 e 11.878/2022, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Encerramento

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 7, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/10/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução n° 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei n° 21.732, de 28/7/2015, da Resolução n° 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa n° 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 7/10/2022, que nomeou Renata Maria Novaes Dornelas, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Edgar de Araujo Mansur, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;
exonerando Jose Portes da Silva Junior, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bráulio Braz;
exonerando Rainério Vitor Batista de Oliveira, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bráulio Braz;

exonerando Stephanie Oliveira Bastos, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;
nomeando Renata Maria Novaes Dornelas, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

PROCESSO Nº 1011014 113/2022 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: suporte técnico e atualização de versão do *software* Volare

Em 15/9/2022, o diretor-geral ratificou, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011014 113/2022, com licitação declarada inexigível, nos termos do art. 25, I, do mesmo diploma legal, bem como autorizou a despesa em favor da empresa Silvio Mancusi.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 80/2022

Número no Siad: 9226213-3/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sampo Seguros S.A. Objeto: prestação de serviço de seguro patrimonial. Objeto do aditamento: quarta prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 00h01min (zero hora e um minuto) do dia 4/9/2022, até 00h00 (zero hora) do dia 4/9/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).